



CLIPPING INTERNET
15/08/2021 ATÉ 15/08/2021



INDÍCE

1	DESEMBARGADOR	
	1.1 SITE 0 MARANHENSE.....	12
2	INSTITUCIONAL	
	2.1 SITE 0 MARANHENSE.....	3

Desembargador Marcelo Carvalho Silva é o plantonista de 2º Grau neste fim de semana

O desembargador Marcelo Carvalho Silva é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual desta sexta-feira (13) até domingo (15), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Adriana Gomes Oliveira e Raimundo N Ferreira. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

A partir da segunda-feira, no período de 16 a 22 de agosto, o desembargador Antônio Guerreiro Júnior é que responderá pelo Plantão Judicial de 2ª Instância.

A escala de plantão dos desembargadores, servidores e oficiais de justiça plantonistas do Tribunal de Justiça do Maranhão está publicada no Portal do Judiciário, em "Plantão de 2º Grau".

SÃO LUÍS

No 1º Grau - Comarca da Ilha - A juíza Luzia Madeiro Neponucena (Vara Agrária de São Luís) e o juiz Antônio Luiz de Almeida Silva (1ª Vara de Entorpecentes de São Luís), respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal da Comarca da Ilha de São Luís. Quem auxilia os magistrados no plantão deste final de semana são o servidor Romero Oliveira (Vara Agrária de São Luís) e a servidora Lidiane Pinheiro (1ª Vara de Entorpecentes de São Luís).

Antes de dirigir-se ao local de atendimento, deve-se entrar em contato com os servidores plantonistas pelos telefones celulares (98) 98811-2153 (Cível) e (98) 98802-7484 (Criminal). O plantão funciona para recebimento somente de demandas urgentes.

Já o plantão para registro de óbito, sob a competência dos cartórios, deve ser acionado pelo telefone (98) 98112-2794.

Instaladas mais quatro unidades interligadas de registro civil no MA

A Corregedoria-Geral da Justiça e parceiros institucionais instalaram, nesta quinta-feira, 12, as Unidades Interligadas de Registro Civil (UIRC) dos municípios de Pinheiro, Bequimão, Joselândia e Pedro do Rosário. A instalação dessas unidades implementa a política pública de combate ao sub-registro no Maranhão.

A partir dessa data, o assento de registro civil de pessoas naturais e o fornecimento das certidões de nascimento aos pais dos recém-nascidos passam a ser feitos nas maternidades locais, onde acontecem os partos.

As primeiras crianças nascidas nessas maternidades, após a instalação da UI, já estão de posse da certidão de nascimento: as gêmeas Alice e Chloe Pereira (Pinheiro), Ravi Martins (Bequimão), Valentina Santos (Joselândia) e Raul Serra (Pedro do Rosário).

Com a instalação dessas quatro unidades, em parceria com os executivos municipais e os cartórios de registro civil de pessoas naturais, a Corregedoria amplia para 48 o total de UIRC entregues à população maranhense - 42 na gestão atual.

A solenidade de instalação das unidades interligadas foi realizada na quinta-feira, 12, com a participação de magistrados, prefeitos municipais, delegatários dos cartórios e representantes dos conselhos da criança e do adolescente, conselhos tutelares, CRAS e CREAS e coordenadores de programas de saúde na família.

Durante o ato de instalação, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, disse que a política de combate ao sub-registro representa uma "cruzada cívica" para assegurar a Certidão de Nascimento para todo cidadão e toda cidadã maranhense, para que possam exercer a sua cidadania e acessar as políticas públicas.

"Nós não podemos descansar. Essa é uma luta sem trégua enquanto existir um maranhense em nosso Estado sem Certidão de Nascimento", declarou o corregedor.

O diretor do Departamento de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Jailton Nascimento, afirmou que a ausência do registro civil é uma "porta aberta" para muitos males que assolam as crianças do Brasil "como tráfico de crianças, tráfico de órgãos e adoções ilegais que são desafios que nós tentamos fortemente enfrentar", afirmou, ressaltando que o Maranhão tem sido exemplo de enfrentamento ao sub-registro.

Participaram da solenidade os juízes Anderson Sobral e Jaqueline Caracas, respectivamente, supervisor e coordenadora do Núcleo de Registro Civil e Acesso à Documentação Básica; Pedro Paschoal (Pinheiro), Ivis Monteiro (Bequimão) e Talita Barreto (Joselândia) e a promotora de Justiça Raquel Reis (Bequimão).

Também estavam presentes a secretária-adjunta de Estado dos Direitos da Criança e do Adolescente

(SEDIHPOP), Lissandra Leite; o prefeito municipal Toca Sena (Pedro do Rosário); os secretários municipais Frederico Lobato (Pinheiro) e Sidnei Castelo Branco (Bequimão); a diretora social da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN-MA), Gabriella Caminha; as delegatárias Maria Dilma (Joselândia), Alana Suellen (Pedro do Rosário) e escritã Cíntia Abreu (2º Ofício de Pinheiro), o delegatário Rogério Araújo (Bequimão) e o presidente da Câmara Municipal de Pinheiro, Eliseu Furtado.https://www.youtube.com/embed/iEi6_TgBfYo?rel=0

CIDADANIA

O juiz de Pinheiro ressaltou que a instalação da UI não proporciona ao cidadão apenas o documento de registro civil, mas, também, dignidade humana. "Somos agentes do Estado para levar a dignidade a quem precisa", disse Pedro Paschoal.

A delegatária Alana Suellen (Pedro do Rosário) declarou que a instalação da UI na cidade representa um sonho de toda a população, que está possibilitando o acesso à Certidão de Nascimento para as mães de recém-nascidos logo ao sair do ambiente hospitalar. "É a concretização da própria cidadania e da dignidade da pessoa humana".

A secretária Lissandra Leite reforçou, na oportunidade, a importância do trabalho em parceria para o alcance dos objetivos de combate ao sub-registro. "Nesse trabalho, em rede, vamos conseguindo vencer o sub-registro, garantir a cidadania da nossa população e, especialmente, a dignidade, que é o que nos move".

O advogado Sidnei Castelo Branco, secretário de administração de Bequimão, enfatizou que a instalação da UI atende a uma demanda antiga do cartório local e servirá ao combate ao sub-registro. "As unidades interligadas de fato, servem para dar dignidade e nos fazem existir, formalmente, a partir deste momento", frisou

O desembargador Jorge Rachid (Núcleo Ambiental/TJMA) aplaudiu a iniciativa da CGJ-MA e parabenizou a todos os envolvidos no projeto - magistrados, cartorários e administradores municipais. "Parabéns a todos os prefeitos irmanados nesse interesse: servir ao cidadão. Essa é a nossa missão".

Continue lendo

em: <https://omaranhense.com/instaladas-mais-quatro-unidades-interligadas-de-registro-civil-no-ma/>

Judiciário de Vitória do Mearim inicia inspeção em cartórios na próxima semana

O Poder Judiciário de Vitória do Mearim inicia na próxima segunda-feira, dia 16 de agosto, uma inspeção ordinária nas serventias extrajudiciais da comarca. São os cartórios do 1o e 2o Ofício, que passarão pela inspeção coordenada pela juíza titular Urbanete de Angiolis Silva. As atividades vão até o dia 20 de agosto. A magistrada segue ao que determina a Resolução nº. 24/2009, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, alterada por resoluções posteriores. A inspeção ordinária em Vitória do Mearim é objeto da Portaria 2948/2021, publicada pela juíza.

Conforme o documento: "Qualquer pessoa do povo poderá apresentar sugestões e reclamações, expedir convite à Promotoria de Justiça da comarca e aos membros da OAB que aqui atuam para, querendo, acompanharem a realização dos trabalhos".

Foi determinado, ainda, envio de cópia do documento ao Tribunal de Justiça e à Corregedoria Geral da Justiça, comunicando-lhes acerca da realização do ato. A magistrada determinou, ainda, a comunicação junto aos oficiais de registro da sede da Comarca de Vitória do Mearim, informando-lhes sobre a realização das inspeções e necessidade de disponibilização dos livros no período já mencionado, bem como requisitar aos delegatários que informem à unidade judicial o e-mail e telefone, preferencialmente celular com acesso a whatsapp atualizado. Por fim, a portaria ressalta que não serão suspensos os trabalhos regulares da unidade jurisdicional e nem o atendimento ao público nas serventias extrajudiciais.

Conforme a Resolução 24/2009, as inspeções ordinárias devem ser realizadas pelo juiz de Direito nas serventias extrajudiciais, serviços auxiliares, presídios e cadeias, em período preestabelecido. As inspeções extraordinárias podem ser realizadas pelo juiz e pelo corregedor-geral da Justiça nas serventias extrajudiciais, serviços auxiliares, presídios e cadeias, a qualquer tempo.